

RISCOS de DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA

**Aplicabilidade de bases conceituais das
Ciências Humanas e Sociais
para a análise de casos concretos**



**Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(Organizadores)**

RiMa

O que têm a dizer profissionais do meio técnico e científico, lideranças comunitárias e de movimentos sociais sobre os desastres quando suas práxis se fazem para além do imediatismo e da superficialidade com que geralmente nos são apresentados estes eventos?

Reunidos ao redor do “Seminário Internacional Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos” os autores buscaram contribuir para o resgate de horizontes ainda pouco explorados, esquecidos ou até mesmo obstaculizados em nossas tradições culturais e institucionais voltadas a esta temática.

Ao fazê-lo, tiveram que superar as abordagens convencionais dominantes que geralmente priorizam dimensões economicistas, biofísicas, dicotômicas, autocráticas, cientificistas, objetivistas ou de curtíssimos horizontes temporais. Como se vê, o desafio lançado aos autores (e a todos nós, cidadãos) não é pequeno, e se apresenta mais como “porto de partida” do que “ponto de chegada”, pois aciona maior preocupação

Riscos de Desastres Relacionados à Água

Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências
Humanas e Sociais para a análise de casos concretos



Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(organizadores)

RiMa

2015

© 2015 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Capa e ilustrações de abertura dos capítulos

Tiago Eugenio dos Santos

Luiz Felipe Bezerra de Souza Barros

Ebbios

R595r Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli – São Carlos: RiMa Editora, 2015.

528 p. il.

ISBN – 978-85-7656-037-1 - e-book

1. Sociologia dos desastres. 2. riscos socioambientais.
3. conflitos sociais. 4. mudanças climáticas. 5. defesa civil.
6. proteção civil. 7. questão social. 8. vulnerabilidade. 9. água.
I. Autor. II. Título.

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 32019169

Sobre os autores

Alessandra Nascimento Bernardo: Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: ale.nbernardo@gmail.com

Aline Silveira Viana: Gerontóloga pela UFSCar. Mestre em Ciências - Programa em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP. Especialista em Informática em Saúde pela UNIFESP. Graduanda em Serviço Social pela UNIP. Foi membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Foi membro do Grupo de Pesquisa Saúde e Envelhecimento (UFSCar). Membro associado da Associação Brasileira de Gerontologia. E-mail: aline_geronto@hotmail.com

Antenora Maria da Mata Siqueira: Assistente Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Professora do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense, onde fundou e coordena o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA). É professora do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil e coordenadora/professora da PGLS em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. E-mail: antenorams@gmail.com

Antônio Miguel Vieira Monteiro: Graduado em Engenharia Elétrica (UFES), mestre em Computação Aplicada (INPE) e doutor em Engenharia Eletrônica e Controle/Ciência da Computação (University of Sussex). Desde abril de 1985 atua na Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do INPE em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geotecnologias em Estudos Urbanos, Bancos de Dados Geográficos e Engenharia de Sistemas. E-mail: miguel@dpi.inpe.br

Arthur Soffiati: Graduado em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (1973), mestrado em Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é professor associado aposentado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História Social, com ênfase em História Ambiental. E-mail: as-netto@uol.com.br

Cláudia Paola Cardozo: Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas (Universidade Nacional de Salta - UNSa, Argentina). Mestre em Aplicações Espaciais de Alerta e Resposta a Emergências (Comissão Nacional de Atividades Espaciais, Argentina). Entre 2005-2010 foi pesquisadora do Instituto de Ecologia y Médio Ambiente Humano (INEAH - UNSa, Argentina). Entre 2008-2010, foi professora assistente em Ecologia (UNSa, Argentina). Atualmente é doutoranda em Sensoriamento Remoto (INPE-Brasil). E-mail: paola@dpi.inpe.br

Cláudio Carneiro: Membro da Diretoria da AVIT - Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (RJ). E-mail: claudio.carneiro@controplan.com.br

Davi Barbosa do Nascimento: Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: davidrins@hotmail.com

Dora Vargas: Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Pla-

nejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Atualmente é professora do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira de Juiz de Fora (MG) e assistente social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: doravargas@uol.com.br

Edison Pessanha Braga: Bombeiro militar desde 1977. Comandante dos Destacamentos de Bombeiros dos municípios de Itaocara e São João da Barra entre 2001-2002. Diretor do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Campos dos Goytacazes entre 2006-2008. Subsecretário municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes entre 2008-2015. Atualmente é diretor executivo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes. E-mail: edisonpbraga@yahoo.com.br

Eymar Silva Sampaio Lopes: Graduado em Engenharia Geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto (1990), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1994) e doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atualmente é auxiliar de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordena o projeto de desenvolvimento da plataforma de monitoramento, análise e alerta a riscos ambientais (TerraMA2). E-mail: eyymar@dpi.inpe.br

Jane Nunes: Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Faculdade de Filosofia de Campos, RJ), pós-graduada em Gestão Municipal (Fundação Getúlio Vargas). Jornalista de carreira da Prefeitura de Campos desde 1986. Entre 1988-1990, foi editora geral do jornal *Folha da Manhã*. Secretária municipal de Desenvolvimento e Promoção Social entre 1993-2004. Atualmente, é jornalista cedida à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes. E-mail: chenunes@gmail.com

Jocimar Gonçalves Lisboa: Presidente da Associação de Moradores de Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: jocimarlisboa@hotmail.com

Juliana T. Nazareno Mendes: Assistente social. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Doutoranda em Geografia na UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF). E-mail: julianatnmendes@gmail.com

Juliana Sartori: Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL - Araraquara). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental na Universidade de São Paulo (EESC/USP). Foi integrante do Grupo de Pesquisa "Sociedade e Recursos Hídricos" e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). E-mail: sartoriju@gmail.com

Layla Stassun Antonio: Cientista social (UFSCar) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: stassun.layla@gmail.com

Leticia Aparecida Rocha: Pedagoga (PUC-MINAS, 2009). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes. Documentarista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CPT/MG). Assessora do Movimento dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais. E-mail: leticiarocheidp@gmail.com

Luana Fernandes dos Santos Azeredo: Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduanda em Serviço Social Contemporâneo pela UFF. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica social do Programa de Educação Ambiental da Petrobras na Bacia de Campos. E-mail: luana.fernandes.rr@gmail.com

Luciano Lourenço: Doutorado em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é professor associado com agregação e diretor do Curso de Geografia do 1º Ciclo. Possui mais de três centenas de títulos publicados, sendo diretor da revista *Territorium* e das séries de publicações “Geografia[s]” e “Riscos e Catástrofes”, publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra. É diretor do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF), coordenador nacional do Projeto de Sensibilização e Educação da População Escolar (PROSEPE) e coordenador do Grupo 1 - Natureza e Dinâmicas Ambientais e da Linha 2 - Riscos Naturais e Antrópicos, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), das Universidades de Coimbra, Porto e Minho, e presidente da direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. E-mail: luciano@uc.pt

Marcello Silva da Costa: Coronel bombeiro militar (combatente) e secretário da Secretaria de Defesa Civil e Políticas de Segurança da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ). Graduado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros (ESFAO-CBMERJ/1993); pós-graduado em Gerenciamento Estratégico nas Organizações (FESP/2009) e em Administração Escolar (Universidade Gama Filho/2002). E-mail: tcsilvacosta@gmail.com

Marco Antonio Sampaio Malagoli: Professor doutor em Psicologia Social e mestre em Recursos Florestais pela USP, professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (RJ). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA/UFF Campos). E-mail: marcomalagodi@id.uff.br

Mário Augusto Vicente Malaquias: Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP e promotor de justiça de Habitação e Urbanismo na Comarca da Capital (São Paulo), Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: mariomalaquias@mpsp.mp.br

Neusa Francisca Nascimento: Socióloga - UNIMONTES, 2001. Agente do Conselho Pastoral dos Pescadores. E-mail: neusafranc@gmail.com

Norma Valencio: Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Professora aposentada do Departamento de Sociologia da UFSCar, onde fundou e coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP, onde leciona, pesquisa e orienta em Sociologia dos Desastres. É consultora científica em segurança humana e desastres, especialmente na área de defesa civil e proteção civil. E-mail: normaf@terra.com.br

Renzo Taddei: Professor da UNIFESP, onde atua no Departamento de Ciências do Mar, campus Baixada Santista, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, campus Guarulhos. Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (LISTA). Doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia, Nova York. É pesquisador associado do Comitatus Institute for

Anthropological Study e do Center for Research on Environmental Decisions, na Universidade de Columbia, em Nova York. E-mail: renzotaddei@gmail.com

Roberto do Carmo: Sociólogo, mestre em Sociologia e doutor em Demografia, com pós-doutorado na área de População, Ambiente e Distribuição Espacial. Professor do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), bolsista produtividade do CNPq. E-mail: roberto@nepo.unicamp.br

Samira Younes Ibrahim: Psicóloga e psicoterapeuta humanista-transpessoal. Coordenadora da Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das Emergências e Desastres. Facilitadora de grupos e consultora na área hospitalar. Docente de Pós-graduação de Enfermagem em Nefrologia e pós-graduanda em Gerenciamento de Crises. E-mail: samirayounes@gmail.com

Sérgio Portella: Doutorando do Programa de Doutorado “Território, Riscos e Políticas Públicas”, oferecido pela Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade de Aveiro, Portugal (conclusão: dezembro/2015). Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (RJ). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é assessor da presidência da Fundação Oswaldo Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres em Saúde (CEPEDES/FIOCRUZ). Secretário executivo da Rede Nacional de Pesquisadores em Desastres. E-mail: sportella@gmail.com

Simone Santos Oliveira: Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (2012); doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2007); mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1995) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1985). Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). E-mail: sssoliver@gmail.com

Thaís Lopes Côrtes: Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Membro do Grupo de Estudos sobre Exercício Profissional do Serviço Social (GETEPSS/UFF Campos). E-mail: thaíslopescoertes@gmail.com

Virgínia Garcia Acosta: Antropóloga social e historiadora mexicana. Professora-pesquisadora do CIESAS (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social) desde 1974, tendo sido sua diretora acadêmica de 1997 a 2000 e subdiretora geral de 2004 a 2014. Membro da Academia Mexicana de la Historia, na qual ocupa a cadeira número 5, membro regular da Academia Mexicana de Ciencias e do Sistema Nacional de Investigadores. Áreas de especialidade: antropologia e história dos desastres e da alimentação. Publicou, como autora individual ou coordenadora, 24 livros e uma centena de artigos ou capítulos de livro no México e no estrangeiro. E-mail: vgarciaa@ciesas.edu.mx

Sumário

Apresentação xi

Seção I

Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências

Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização 3
Luciano Lourenço

La construcción social de la prevención. Un concepto
en construcción 45
Virginia García-Acosta

Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas 57
Antenora Maria da Mata Siqueira

Desastres normais: das raízes aos rumos de uma
dinâmica tecnopolítica perversa 79
Norma Valencio

Seção II

Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares

Reino da necessidade *versus* reino dos direitos: desafios e
impasses ao assistente social em contextos de desastres 123
Dora Vargas

O ato de habitar a partir de um programa habitacional1 141
Juliana Nazareno Mendes

Norma e anomalia em fenômenos climáticos na ecorregião
de São Tomé 161
Arthur Soffiati

A liberdade se equipara à vida 187
Sergio Portella

Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia 205
Marco Antonio Sampaio Malagoli

Sentidos territoriais: a paisagem como mediação em novas abordagens metodológicas para os estudos integrados em riscos de desastres	229
<i>Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo, Eymar Silva Sampaio Lopes</i>	
O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares no contexto de desastre: o caso de Teresópolis (RJ)	261
<i>Aline Silveira Viana</i>	
Experiência e produção de saberes, possibilidades de superação das vulnerabilidades: reflexões acerca do desastre da região serrana do Rio de Janeiro	291
<i>Simone Santos Oliveira</i>	
O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres)	311
<i>Renzo Taddei</i>	
População, riscos, vulnerabilidades e desastres: conceitos básicos	327
<i>Roberto Luiz do Carmo</i>	
Rede socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água	335
<i>Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo, Thaís Lopes Côrtes</i>	
Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes	355
<i>Layla Stassun Antonio</i>	
Memória social: fragmentos de um desastre	373
<i>Juliana Sartori</i>	

Seção III

Interpretações do meio técnico e da sociedade civil organizada

Serviço Municipal de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em favor das vítimas de desastres	389
<i>Marcello Silva da Costa</i>	
O trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo: contribuições para o anteprojeto de Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo	407
<i>Mário Augusto Vicente Malaquias</i>	

A empatia no olho do furacão	415
<i>Samira Younes-Ibrahim</i>	
Memória da Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (AVIT)	431
<i>Cláudio Carneiro</i>	
O desastre das águas em Ururaí: visão da Associação de Moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum	437
<i>Jocimar Gonçalves Lisboa</i>	
Escassez da água? O ônus da não preservação das águas do “Velho Chico”	461
<i>Letícia Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento</i>	
Perigos ambientais e políticos relacionados com a água na Baixada Campista, pela visão da reforma agrária: “uma coisa tá ligada à outra”	481
<i>David Barbosa do Nascimento</i>	
Ações técnicas e governamentais no contexto de enchentes em Campos dos Goytacazes/RJ	509
<i>Edison Pessanha</i>	

Apresentação

Das várias ambiguidades que demarcam a vida social contemporânea, uma, em especial, chama a atenção: a que revela, pelos vários sistemas de objetos tecnológicos que cercam a vida cotidiana, que estamos plenamente imersos na Era da Informação, mas que, contraditoriamente, joga sobre nós um *tsunami* de informação sobre banalidades. Isso nos satura de tal sorte que a alienação decorrente não permite saltos qualitativos na difusão e apreensão do pensamento crítico, tampouco seus desdobramentos na melhoria do bem-estar social.

O mal-estar da civilização a que se referiu Freud há quase um século (1930) – como sendo, dentre outros aspectos, uma consciência cultural de culpa que impossibilita extrair felicidade de progresso técnico extraordinário – mostra-nos sua culminância neste início do século XXI: a ciência e a técnica humanas parecem poder levar-nos muito longe, como espécie, seja ultrapassando o Sistema Solar, seja interseccionando realidades presenciais e virtuais; porém, a lógica econômica concentracionista e as práticas políticas dominantes não permitiram que combatêssemos a contento a insegurança alimentar e hídrica a qual estão submetidas bilhões de pessoas ao redor do mundo. Freud entendia *civilização* como “*a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si*”. Contudo, adentramos o presente século com uma expiação civilizatória a cumprir, derivada do relativo consenso, na comunidade científica, de que as mudanças climáticas globais – e os eventos severos e extremos decorrentes – têm fortes causas antropogênicas. Os exuberantes avanços técnicos para controlar a natureza e pô-la a nosso serviço acarretaram efeitos colaterais que nos exigem reinventar os caminhos civilizatórios nas próximas décadas. Urge fazê-lo e, no entanto, segundo os especialistas, isso não nos livrará de um interstício no qual teremos de padecer entre riscos incomensuráveis e desastres catastróficos.

Tal contexto adverso coloca os riscos de desastres na mira daquilo que podemos discutir e tratar mais imediatamente, em termos preparativos e de resposta, por meio da mobilização de vários sujeitos, em diferentes escalas de inserção, com diferentes saberes e poderes úteis para proteger e resguardar os bens mais preciosos, segundo a escala de valores dos distintos grupos envolvidos. Isso torna atualíssima uma pauta de fortalecimento da ideia de proteção civil, de cuidado, de cidadania e de justiça. Entretanto, para lidar com essa pauta, com a seriedade com que a mesma merece ser

tratada, seria necessário um compromisso de suplantação da superficialidade em torno da informação. Não apenas do detalhamento do funcionamento da dinâmica ecossistêmica e da base física dependeria o sucesso da mitigação de prováveis danos e perdas coletivos e de grande monta, mas, sobretudo, de um tratamento analítico aprofundado acerca das especificidades socioculturais, sociopolíticas, socioeconômicas e psicossociais dos vários lugares e sujeitos sociais fragilizados.

Ter em conta, centralmente, a perspectiva das Humanidades para lançar luzes sobre o referido problema e refletir sobre as possibilidades de mudança, num contrabalanço ao debate atual excessivamente tecnicista e das ciências duras, é indispensável, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessa sociedade multifacetada é que produzem e que serão perturbadas por tais crises. Os códigos de linguagem das Humanidades aproximam-nas do cerne dos graves desafios que poderão ser experimentados dentro em breve, assim como faz uma ponte importante, e de múltiplos acessos, junto àqueles que podem se reconhecer como parte do problema, como parte dos sistemas formais e informais de responsabilização gradual e, portanto, capazes de interagir, de modo consciente e consentido, com uma cota do esforço mobilizador em prol da proteção coletiva. Essa poderia ser uma oportunidade ímpar para que os sujeitos silenciados e degradados socialmente, ao longo da história (global, nacional, local), pudessem se exprimir livremente acerca das camadas de injustiças socioambientais que provocaram sua vulnerabilidade desproporcional; uma vez que tais desnivelamentos são passíveis de constatação, a discussão sobre estratégias de evitação de tragédias teria de perpassar medidas compensatórias aos mesmos. Daí por que a busca pelos fundamentos disciplinares – teóricos, conceituais e metodológicos – das Humanidades ser um ponto de partida à altura de tais desafios.

Apesar dessa imprescindível abordagem, ainda são raríssimos, no Brasil, os espaços de discussão sobre os riscos de desastres desde a perspectiva das Humanidades. Esta coletânea foi construída, assim, como uma dessas escassas oportunidades de reflexão aprofundada. Nela são reafirmadas ideias, mas também são trazidos novos elementos de reflexões, daquilo que foi discutido no Seminário Internacional **RISCOS DE DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**, ocorrido na Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, em novembro de 2014, numa parceria entre o NESA/UFF e o NEPED/DS/UFSCar.

De um lado, os autores aqui reunidos clarificam a problemática supramencionada e apresentam aspectos da valiosa contribuição de suas *disciplinas científicas* de origem – a saber, o serviço social, a sociologia, a antropologia, a geografia, a história, a gerontologia, a demografia –, além da contribuição inestimável dos *saberes empíricos* – oriundos de lideranças comunitárias de povos tradicionais e de movimentos rurais, de periferias urbanas e de afetados nos desastres –, de *saberes profissionais* – como da área da psicologia – e *saberes técnicos* – da área do direito e de defesa civil.

Cada qual trouxe uma visão, no mais das vezes, complementar, mas também controversa, sobre esse objeto complexo que é o dos *riscos de desastres relacionados à água*. Riscos se referem a uma vasta gama de relações socioambientais que podem, de modo súbito ou processual, entrar em descompasso, suscitando perturbações de diferentes intensidades na vida prática de uma dada coletividade, a qual, por seu turno, apresenta diferentes condições de preparação para enfrentá-los. *Desastres* sinalizam que esse algo é uma ocorrência socialmente muito adversa, com danos e prejuízos não somente coletivos, mas de difícil recuperação. E, se são *relacionados à água*, trata-se de possibilidades de perturbações socioambientais graves nas quais, sob diferentes modos – formas de manifestação, de acesso, de disponibilidade e de qualidade –, esse elemento natural aparece como fulcral nas relações sociais de coesão ou de conflito. De modo geral, os proponentes sinalizam, em suas reflexões, que os desastres manifestos e os riscos de desastres são problemas da maior importância e deveriam merecer prioridade de tratamento. Isso porque a realidade concreta e os estudos apontam para seu processo de incremento, seja em virtude dos episódios passados, que deixaram feridas mal cicatrizadas, seja porque a dinâmica espacial atual está em rota de colisão com os limites ecossistêmicos, já num ponto de não retorno.

Ademais, mais se sabe sobre esse objeto se uma abordagem polissêmica for favorecida, tal como se buscou no conjunto desta obra, o que, a nosso ver, se coaduna com a heterogeneidade socioambiental do país e, ainda, permite que casos e questões que transcendem o espaço geográfico brasileiro sejam trazidos para subsidiar o exercício de aplicação da base conceitual e metodológica à nossa realidade.

Pode-se dizer que os 25 capítulos que compõem esta coletânea orientaram sua contribuição, no geral, para a constituição de um necessário “glossário humanístico” para o entendimento dos riscos de desastres; quiçá, em prol do melhoramento do glossário ora excessivamente tecnicista de defesa civil e, assim, provocando uma reorientação da marcha

interpretativa para que a mesma sirva melhor à proteção civil. Nesse intento, as contribuições foram divididas em três seções.

A primeira seção, intitulada *Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências*, reúne, em seus respectivos capítulos, as contribuições de quatro autores de três diferentes países (Portugal, México e Brasil) – Luciano Lourenço (Universidade de Coimbra), Virgínia Garcia-Acosta (CIESAS), Antenora Siqueira (UFF) e Norma Valencio (USP) – e tem por foco trazer as diretrizes conceituais de cunho mais geral, respectivamente, da geografia, da antropologia, do serviço social e da sociologia sobre o tema dos riscos e dos desastres.

A segunda seção, *Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares*, traz as mesmas matrizes disciplinares acima e outras – como a história, a demografia, a gerontologia – e visa dar maior clareza sobre como as reflexões de caráter mais conceitual e metodológico se articulam com a análise de casos concretos em que as estiagens, secas, enchentes e inundações contextualizam as tensões sociais, os desafios à prática profissional, na configuração do espaço, como também na busca de novos eixos para a solidariedade entre humanos e além deles, como, por exemplo, com animais. São treze os capítulos reunidos nessa seção, cujos autores são oriundos de sete diferentes instituições brasileiras, a saber: Dora Vargas (UNIVERSO), Juliana Mendes (UFF), Arthur Soffiati (UFF), Sérgio Portella (Fiocruz), Marco Malagoli (UFF), Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo e Eymar Silva Sampaio Lopes (INPE), Aline Silveira Viana (USP), Simone Oliveira (Fiocruz), Renzo Taddei (UNIFESP), Roberto do Carmo (UNICAMP), Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo e Thaís Lopes Côrtes (UFF), Layla Stassun Antonio (USP) e Juliana Sartori (USP).

Por fim, a terceira e última seção traz as *Interpretações do meio profissional, técnico e da sociedade civil organizada* sobre os riscos e desastres, sendo oito capítulos produzidos por autores de oito diferentes inserções institucionais e comunitárias, a saber: Marcello Silva Costa (Secretaria Municipal de Defesa Civil de Duque de Caxias/RJ), Mário Augusto Vicente Malaquias (Ministério Público do Estado de São Paulo), Samira Younes Ibrahim (Rede de Cuidados – Psicologia das Emergências e Desastres/RJ), Cláudio Carneiro (AVIT), Jocimar Gonçalves Lisboa (Associação de Moradores de Ururaí, em entrevista a Marco Malagoli), Letícia Aparecida Rocha e Neusa Francisca Nascimento (UNIMONTES e Conselho Pastoral da Pesca/MG), Davi Barbosa do Nascimento (Associação de

Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Barbosa/Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Marco Malogoli) e, por fim Edison Pessanha (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Jane Nunes).

Esperamos, assim, que o valor que porventura o leitor possa identificar em cada capítulo, que é uma expressão amostral de uma bagagem interpretativa mais vasta do respectivo autor sobre o problema, não o impeça de buscar o enovelamento entre as contribuições, as quais, em última instância, apontam para as incongruências e contradições do humano, na tessitura sócio-histórica de seu espaço e de suas relações sociais, desde o nível intersubjetivo ao de caráter institucional. Os autores apontam para o humano para nele, em seguida, fazer uma aposta mediante as inúmeras possibilidades de mudança de mentalidade, de luta e de enfrentamento visando ao rompimento com um destino coletivo potencialmente trágico.

Boa leitura!

Os organizadores



Perigos ambientais e políticos relacionados com a água na Baixada Campista, pela visão da reforma agrária: “uma coisa tá ligada à outra”

David Barbosa do Nascimento¹

E: David, como é que você chegou aqui? Como é o seu trabalho, relacionado com esse lugar onde a gente está?

David: (...) A minha origem é do Rio de Janeiro, origem urbana. Meus pais, que têm toda essa formação... essa cultura de ser trabalhador rural, mas, por conta dessa história da industrialização, enfim... da desvalorização do homem do campo, eles vieram buscar uma forma de vida na cidade e aí acabaram morando na periferia, ali, do Rio de Janeiro. Nasci no centro do Rio, eles moravam de aluguel no Catete, e a minha vida começou assim. Fiquei [ali] até os meus sete anos... fui conhecer meus avós no Rio Grande do Norte, que é a origem de minha família, e lá eu pude presenciar os meus avós, que também não tinham terras, mas trabalhavam nas fazendas. E [lá] então eles pagavam, dois, três dias de aluguel... trabalhavam para o fazendeiro em troca de aluguel. E eu ficava imaginando aquilo, porque... Como que ele conseguiria sustentar tantos filhos – que meu avô, pai de minha mãe, teve 21 filhos. E fui crescendo, voltei para o Rio de Janeiro de novo, morei em vários lugares: no Rio, Caxias, Nova Iguaçu e em algumas comunidades como Rocinha, Caju, e fui crescendo... [mas] nunca perdi esse vínculo com a terra, né. Meu tio morava em Caxias, mas tinha uma área pequenininha que produzia quiabo. Tem um outro também que morava em Paracambi. E a minha vida era assim. Todos os finais de semana, na minha infância, eu ia pra esses lugares visitar os meus tios, e aí fiquei apaixonado por essa questão... o problema era assim: Como que eu futuramente seria um agricultor? Com as dificuldades que têm, a especulação muito grande, né...

Entrevista concedida a Marco A. S. Malagoli [pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA) e professor do Departamento de Geografia da UFF-Campos] em 24/04/2015, no Assentamento Che Guevara, em Marrecas, Campos dos Goytacazes (RJ), no lote de Davi. O material desta entrevista foi transcrito e editado pelo entrevistador (E), que precisou reduzir o texto, retirando parte de suas falas, diminuindo marcas da linguagem coloquial quando estas dificultavam a leitura, retirando repetições, trechos de difícil compreensão e outros fragmentos da transcrição original, além de fazer algumas alterações ortográficas e adicionar palavras e frases entre colchetes, quando julgou adequado, para melhor compreensão do sentido original. Esta edição foi posteriormente revisada e aprovada pelo depoente.

1. Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa/Campos dos Goytacazes (RJ).

(...) E em 1982, se não me foge à memória, teve uma eleição no Rio de Janeiro, era aquele período da democratização, e o governo Brizola assumiu o governo do Estado do Rio, e aí foi quando houve uma ocupação urbana em Campo Alegre, uma região ali pertencente a Nova Iguaçu. (...) Eu me lembro que eu era muito pequeno, mas os meus pais nesse período (...) fizeram uma ocupação nessa área. Aí foram meus tios, meu pai também foi junto. Eu cheguei a ir lá, mas eu era muito pequeno, e criança também não podia ficar... Se não me foge à memória, tinha umas trinta mil pessoas nessa ocupação (...) Eu já tava com aproximadamente uns onze anos. Na hora que foram fazer o cadastro dessas famílias, observaram que várias famílias eram de origem rural, a maioria era da região Nordeste do país, e tinham essa aptidão também para a agricultura. Aí foi feita uma proposta do próprio governo de Estado – até porque a área não dava pra todo mundo, a demanda era muito grande: “Olha, existem tantas fazendas do Estado que não dão nenhum resultado para o Estado”. E aí ele ofereceu a oportunidade pras pessoas que quisessem conhecer e ocupar essas fazendas. Foi quando foi oferecida aqui a Fazenda Experimental de Italva pra que o pessoal viesse, aqueles que quisessem, o governo ia facilitar pra trabalhar nessa atividade do campo. Foi quando a gente veio pra Italva, aí já era [19]83, a primeira vinda nossa. E aí a gente percebeu que na Fazenda Experimental de Italva tinha muito gado, boi Guzerá, que [se dizia que] era pra pesquisa, mas o Estado, na verdade, pagava essa pesquisa, mas em troca não tinha nada. Era [apenas] um serviço de pecuária, e muitas das pessoas dali em volta de Italva – na época Italva pertencia a Campos – eram beneficiadas com essa pesquisa, mas [só] em benefício próprio, e o Estado realmente não via o resultado que desejava nisso. Foi quando foi feita essa proposta e aproximadamente duzentas famílias foram pra lá.

E: Não tinha ainda a conotação de ser uma área de reforma agrária? Estava se formando essa ideia, ainda?

David: Pois é, nesse período a gente nem sonhava que o Movimento Sem-Terra ia existir, nunca nem imaginou. Nesse período, acontece essa ocupação, meio que oficial, [e] quem levou a gente foi um ônibus da CTC, que era uma empresa pública de transporte coletivo. E tivemos vários embates lá, porque a comunidade também não aceitou a gente, a fofoca correu tanto que... “esse pessoal que o Brizola tá mandando é um pessoal de alta periculosidade”, “vinha do presídio de Bangu”... Então, o pessoal até se armou lá. O problema todo é que nessa fazenda a gente criou uma crise interna de questão de autonomia, porque descobrimos que existiam vários

colonos no interior dessa fazenda que davam a terça [parte] para um diretor da fazenda, que era um funcionário nomeado pelo Estado, e esse diretor usava essa terça, fazia [uso] do milho, do feijão... enfim, do que se produzia, e abriu até uma fábrica que se chamava Fubá Brasil.

Então, Italva era um distrito de Campos que quem dominava era o diretor da Fazenda, era como se fosse o prefeito dali. E Italva sempre elegia dois vereadores representantes de Italva aqui em Campos. Depois que minha família decidiu ficar, eu, meu pai e mais um irmão dele e um cunhado, aí nós fomos praticamente assentados lá. Aí ficamos nesse período de... [19]83 conhecemos o local, 84 fomos assentados e saímos de lá em 90, 91... por aí. Aí, por questão de uma seca, num lugar que tem muito morro, a água [era] salgada... A primeira lavoura que a gente fez lá – e isso pra mim foi uma alegria muito grande, porque nunca tinha visto tanta fartura em casa – a gente produziu... plantamos 16 litros de feijão e colhemos, numa seca terrível, e mesmo assim colhemos ainda quatro sacos e meio de 60 quilos, cada saco, 506 abóboras e 20 sacos de milho. Então [essa foi] a primeira experiência prática na atividade rural.

E: *Em período de seca?*

David: Em período de seca. E era morro, né, dependia de chuva, então nós conseguimos fazer essa colheita. [Nesse período] meu pai tinha uma pequena herança lá no Nordeste... da família dele lá, e aí ele foi lá e vendeu uma casinha que ele tinha lá em Natal, pra poder investir no sítio, né, isso eu nunca vou esquecer. Aí ele foi lá, vendeu a partezinha que ele tinha e trouxe pra investir, só que ele mandou depositar numa conta que era em Nova Iguaçu, onde a gente morava, [e] quando ele foi buscar o dinheiro, no caminho, ele foi assaltado e *panharam* o dinheiro dele todo. E entramos numa crise terrível, tivemos que voltar pra cidade de novo. (...) Saímos de Italva. Mas eu continuei lá, eu resisti ainda, fiquei mais um ano, [um] parente nosso deixou morar por um tempo e depois tivemos realmente que sair. Aí, o que acontece: voltei, contra a minha vontade, [pois] gostei do lugar, acho que era isso mesmo que eu queria, né, e comecei a trabalhar na área urbana. Trabalhei em vários [lugares]... (...) [Isso] já foi no Rio. Trabalhei como mensageiro, trabalhei também como entregador de medicamentos na Zona Sul, e o último emprego foi numa companhia aérea, no aeroporto (...). Bom, aí – essa história é muito engraçada, porque... vou te explicar como eu cheguei aqui, né. O serviço aeroportuário é um serviço (...) [onde] a folga é por escala, né. (...) E aquilo foi me angustiando, esse processo de estar trabalhando e eu só tinha

uma folga na semana... (...) Eu me sentia escravo desse trabalho, você era vigiado 24 h por dia. (...) E um belo dia, eu lembro que eu tinha parado um pouco, eu tava na escala de trabalhar à noite e vi no *Jornal Nacional* um usineiro sendo preso, (...) aqui em Campos. Só que naquela época eu conhecia Campos só de passagem... (...) Isso foi em 1982, se não me foge à minha memória, [e] criou uma crise danada aqui. E justamente foi o período que essa usina, [onde] hoje eu sou um assentado, né... que ironia do destino, olha só que coisa... eu nunca esperava que viesse parar aqui.

E: *Qual era o nome da usina?*

David: Era Companhia... Baixa Grande. Mas... na verdade, Usina Santo Amaro. [É que a Companhia] tinha, além da usina, a fábrica de papel, tinha celulose e tal... Mas tudo do mesmo dono. Aí, vi aquele filme na televisão ali, que o cara tava envolvido com contrabando de arma, entorpecentes, aquela coisa toda. Passou um tempo, eu tirei uma folga do meu trabalho pra descansar. Nesses três dias de folga, eu vim pra Italva, porque deixei um vínculo de amizade, [quando] a gente participou [lá] do movimento político pra emancipar Italva, separar Italva de Campos. (...) Fui e comprei passagem pra Italva. Quando eu chego na rodoviária Novo Rio, eu encontro com meu tio, seu Severino, com uma sanfona, várias sacolas de roupa, de compra, e eu me assustei, porque eu é que passava o final de semana no sitiozinho dele, que era pequenininho lá, numa área rural chamada Capivari, e que é um distrito de Caxias. O encontrei e disse: “Tio, o que é que você tá fazendo aqui, que estranho?”; [e ele:] “Eu tô indo para um acampamento de sem-terra lá em Campos”. Falei assim: “Gente, eu tenho a maior vontade de conhecer, até por conta da história... Que área é essa, é de usina?”. Mas eu nunca imaginaria que seria essa usina. Aí, ele falou assim: “Olha, faz o seguinte... por que você não troca sua passagem e me ajuda a levar essas bolsas, me ajuda a levar essa sanfona?”; “não, tudo bem, eu faço”. Aí eu troquei a passagem, mas a minha intenção não era... eu nunca imaginava... Eu via os movimentos sociais como o Movimento Sem-Terra com um muro muito grande, eu nunca imaginei que eu ia estar muito próximo.

E: *Você fala: “com um muro muito grande”...?*

David: “...um muro muito grande”, que eu digo assim, com um medo, que a mídia passava naquele momento, que era o auge das ocupações, né.... Era uma, sei lá, era uma coisa assim que, meu Deus... tinha medo porque eu

tava muito ligado a fazer uma visão do que a mídia passava, e não do que era real. Eu até questionei com ele: “Tio, eu acho... será que... o pessoal lá... como é que é... eu chegando... corro algum tipo de risco?”. Ele disse: “Que nada, rapaz, não é assim não!”. Aí: “Tá bom”... Eu perguntei: “Como é que o senhor chegou lá?” [Ele disse:] “Foi o sindicato de trabalhadores rurais de Capivari que indicou”. Alguém do Movimento foi lá fazer um trabalho de base.

(...) Troquei a passagem e vim. Quando eu cheguei aqui, era um calor... era o mês de janeiro, já de [19]98... Que ninguém suportava no Rio de Janeiro. Quando eu cheguei aqui eu vi, no meio desses canaviais, vento soprando aos quatro cantos... Aqui é um verdadeiro ar condicionado natural, pra quem tava num sufoco danado... Na mesma hora, senti um desejo de ficar. E procurei a coordenação do Movimento [MST], né, e eles falaram que tinha uma vaga numa barraca, uma pessoa que tinha abandonado. Já tinha sido recém-ocupada a fazenda daqui, Fazenda Ilha Grande, Fazenda Marrecas, [que] são duas fazendas pertencentes à Usina Baixa Grande. Bom, e fiquei nessa... Só sei que passei os quinze dias sem voltar pro trabalho, nem avisei minha família, que começou a ficar preocupada, enfim, aquela história toda... Mas aí eu consegui voltar, fiz um acordo com a empresa, e já vim [para] aqui definitivamente, e não voltei mais. Estou aqui já há 17 anos, entre o tempo de acampamento e assentamento. Depois eu vim fazer uma retrospectiva da minha história, aí que eu vi que era justamente a tal fazenda. Quando eu vim conhecer a história, o tal fazendeiro que eu vi na televisão era justamente o Seu Fernando de La Riva, que era o tal que tinha sido preso, e o Movimento Sem-Terra se organizou e ocupou essa área, e forçou a fazer a desapropriação dessas duas áreas, que estavam penhoradas: uma pelo INSS – que é a Fazenda Ilha Grande – e a outra pelo Banco do Brasil – que é a Fazenda Marrecas. Continuei um período acampado... continuei um ano acampado...

E: Acampado na pista ou já dentro [da área]?

David: Já dentro da área, depois tivemos que ir pra beira da estrada, porque saiu um decreto que não poderia desapropriar áreas ocupadas...

E: Governo Fernando Henrique...

David: Período Fernando Henrique... Então, tivemos que voltar pra beira da estrada de novo. Bom, e o tempo foi se passando, e eu acabei aceitando a proposta e o convite de me tornar um militante do Movimento e fui pra Escola Nacional – eu chamo “nacional” porque naquela época não ti-

nha a Escola Florestan Fernandes. Tinha essa escola em Veranópolis, no Rio Grande do Sul. E fiquei um período lá. Não concluí a formação, [que era] o curso de formação de militância, com ênfase na área de organização de cooperativas e tal, não concluí. (...) E depois, retornando pra cá, comecei... foi o período que saíram as desapropriações, e aí eu tive que fazer uma outra luta pra conquistar também, porque a organização interna do assentamento acabou achando que eu ia ficar um militante para o resto da vida, [e] não um agricultor: um militante político da organização e não um militante-agricultor. Mas eu tinha esse sentimento que eu tinha que viver essa experiência prática: eu; não minha família... meus pais, entendeu? Era eu quem precisava. (...) E algumas pessoas imaginaram isso: "Não... ele foi pra lá porque ele é da cidade, não tem perfil nenhum de pegar na enxada, não tem... não tem mesmo". (...) Todo mundo dizia: "Esse aí não fica aqui nem seis meses...". E foi um desafio muito grande. (...) Quando eu vim pra cá, era um período também de seca, de pouca chuva. E eu nunca imaginei, nunca esperava que esse lugar fosse uma baixada. Por mais que as pessoas antigas – que eu passei a conhecer aqui – dissessem que isso aqui era muito baixo. Eu nunca imaginei. Não dava nem pra você acreditar. A diferença é que tinha água nesses canais, mesmo não sendo limpos, periodicamente – porque depois que a usina faliu [eles] nunca mais foram limpos.

E: Mas tinha muito mais água nos canais?

David: Todos os canais estavam cheios de água. Mas a terra estava seca, não tinha chuva. E depois, quando veio o período de chuva... (...) e aí já era 2000, né... 2001... E aí [foi] quando eu percebi que é uma área realmente baixa, muito baixa. Quando chove, essa área vira um espelho de água, como se fosse uma lagoa, e é até bonito de se ver, que é igual a um coral. Como é um local muito silencioso, você vê os sapos, as rãs, os grilos, os insetos. É muito bonito [de] ver, de você morar, [aqui] onde eu estou morando. Onde estamos conversando aqui, era um espaço que servia de abrigo, e por isso que eu tenho armador de rede aqui, não só porque eu tenho origem nordestina, mas também porque aqui algumas vezes cobra se alojava aqui dentro, (...) formiga, os sapos... os bichos vinham tudo para cá. Porque essa é a parte mais alta do terreno. (...) Ficava meio que uma ilha.

E: E já tinha esse canal que passa aqui do lado?

David: Já, esse canal sempre existiu aí.

E: *[E] o uso desse canal antes de ter o assentamento?*

David: Antes... Ele servia, quando era o período de plantio da usina, quando ela detinha essa área pra produção de cana-de-açúcar, toda essa área foi feita uma terraplanagem, em alguns pontos, ou a maioria delas, segundo a informação, foi de terraplanagem pra eles poderem fazer um sistema de irrigação por inundação. Quando chove muito – por isso que tem esses canais –, estes canais são utilizados para dreno, e quando há falta da água, eles são utilizados pra reter a água, pra irrigação.

E: *[Isso] se faz por comportas?*

David: Por comportas. (...) São mecanismos de ferro mesmo. As colunas, base de concreto, e mais sistema de volante de ferro.

E: *Você chama por algum nome, esse [canal] que é maior, que passa do lado da sua casa, aqui?*

David: O que passa mais próximo da minha casa chama-se Rio do Colégio, que é um braço do Rio São Bento, que pega essa área aqui e desemboca perto de um canal que sai perto do Farol de São Tomé. Nesse período, a gente, sem a experiência local, a gente plantava e perdia... plantava e perdia... Ou por excesso de água, ou por excesso de seca. Esse que era o grande conflito. Quando a gente conseguia produzir, tinha um outro problema, que era o valor do produto. E às vezes, quando você conseguia produzir, o mercado estava cheio da produção, e já aqui na frente da minha casa eu colhia 400 quilos e pouco, por colheita. E teve um período que eu tive que vender a dez centavos... o quilo! Então, isso é muito desanimador, assim, sabe... quando você vê isso. E tinha [conta de] luz, despesa com energia, despesa com trabalhador também. Então, chegamos a um período assim que é muito difícil. A gente apanhou muito pra se adequar aqui. [Tinha] as questões também de mercado, questões locais também. Assim... isso fez a gente pensar um pouco na estratégia de comercialização, de procurar alternativas. Então, tem um período aqui, por exemplo, que é o período do verão, que é quente, [e] o quiabo gosta de clima quente e úmido. Então, produz muito quiabo, que é o carro-chefe hoje aqui; deixou de ser a cana, passou a ser o quiabo... como uma segunda opção. E nesse período, como tem muita produção, aí o preço também cai, cai muito. Então, tem essa questão aí. A gente passou a perceber que tem que ser estratégico também na nossa atividade. Temos que pensar em outras alternativas. Aí foi quando a gente pen-

sou em aproveitar a produção de cana, que já existia também na época da usina, ou melhorar [esse uso]. E, em vez de mandar pra usina, a gente tentar uma nova prática aqui dentro, né. Porque todo mundo aqui, culturalmente, sempre produziu pra ser um fornecedor da usina, e nunca pra ser uma pessoa que teria a capacidade de transformar a sua matéria-prima, a sua produção da cana, em vários subprodutos. E aí, em 2004, junto com a CPT [Comissão Pastoral da Terra], a gente se organizou, com 22 famílias, e criamos uma pequena cooperativa chamada Cooperativa de Produção e Comercialização dos Assentamentos Ilha Grande e Che Guevara. Mas vou voltar atrás um pouquinho... É engraçado que, quando ocupamos aqui, a gente descobriu que Seu Fernando de La Riva era cubano. Então, os pais, os avós dele exploravam os trabalhadores em Cuba antes da Revolução em [19]59... Então, eles fugiram de lá e vieram para o Brasil, aqui conseguiram financiamento, compraram terras e montaram várias usinas e fazendas nas propriedades e passaram a explorar os trabalhadores aqui. Quando a gente ocupou essa terra aqui, essa fazenda, nós fizemos uma proposta em uma assembleia de homenagear o Che Guevara, que também teve uma participação fundamental em Cuba, apesar de ser argentino, mas foi um grande revolucionário. E eles [fazendeiros] também tinham um ódio quando se falava em Che Guevara, [quando se] falava em Fidel Castro, eles... nossa, isso aí era... o capeta pra eles. E aí foi unânime na assembleia a gente homenagear o Che Guevara. Engraçado que muita gente falava assim: “Poxa, o Che Guevara mesmo depois de morto ainda faz revolução em outros países por aí”. (...) Então, assim, hoje, o nome do nosso assentamento é o PA [Projeto de Assentamento] Che Guevara.

Nós tentamos essa experiência junto com a CPT, [e] junto também com os companheiros do MST, fizemos essa experiência e vimos que era possível a gente pegar essa produção de cana e transformar em vários produtos. E fizemos essa experiência com rapadura, açúcar mascavo, melado, cachaça e etanol, produção de álcool também. Mas nossa intenção, com a produção do álcool, não [era pra] álcool combustível, né. Era um álcool mais natural pra fazer as nossas tinturas, os nossos próprios remedinhos, que a gente usa... natural, né. E a partir dessa experiência foi que surgiu outro projeto então, da agroindústria, que hoje está em Ilha Grande.

E: *Está funcionando, hoje, a agroindústria?*

David: Não, está parada. Por conta também desse período de fator climático. Hoje não tem uma matéria-prima, madura, pra poder processar. Mas tem também algumas coisas internas de organização, que algumas pessoas

não compreenderam ainda que a agroindústria é uma indústria familiar, apesar do tamanho, de ser uma agroindústria grande, ela tem um objetivo de ser familiar, pra ajudar na renda das famílias. E algumas famílias entenderam que é uma agroindústria pra viver só dela, e não é. Então, há um choque de ideias, e isso [é] uma coisa que precisa ser superada, né. Enquanto nós do assentamento Che Guevara pensamos nela como um complemento de renda pras famílias, os do [assentamento] Ilha já pensam que deve funcionar como um modelo de usina. (...) O produto [matéria-prima] seria a cana e frutas. Processamento de frutas também, porque a agroindústria, nela hoje é possível fazer açúcar mascavo, melado, a rapadura e doces. (...) Pode fazer doces e compotas e trabalhar com geleias. Então, a gente tem hoje aqui uma boa produção de goiaba, temos... laranjas são poucas né, mas a goiaba aqui tem bastante ainda. Bananas também... [Também tem] abacaxi. Então, a gente estava pensando... No período da entressafra, a gente trabalhar com doce. Então, dava pra [ela] funcionar o ano inteiro. E isso precisa de um planejamento, né. E como planejar isso, numa situação... num fator climático terrível que nós estamos passando? Esse que é o grande problema. Uma hora chove demais, outra hora tá seco demais. E desses últimos dois anos pra cá nós temos sofrido muito. Esse ano passado, 2014, entrando pra 2015, nosso assentamento aqui, nossa região, passou praticamente onze meses sem chover. Então [a gente pensa em] todos esses recursos hídricos que a gente encontrou, através dos canais, que [vêm] do Rio Paraíba. É aberto um canal no Rio Paraíba que passa pelo São Bento, enfim, e desemboca cá no Canal do Andreza e depois no mar. E junta com as águas que vêm da serra, da Lagoa de Cima e de Lagoa Feia, né. Então, essa água, na verdade, isso é uma água doce, uma água muito boa pra irrigação, que era usada pelas usinas, [porque] esses canais foram feitos pra beneficiar os usineiros, e a partir das ocupações, dos assentamentos, essa água deveria ser tratada também pra trabalhar com a diversidade das culturas, que é a agricultura familiar, né. Mas infelizmente não [é]. Não existe... Passou a não existir mais projeto para a limpeza desses canais.

E: Mas eles [os canais] continuam existindo, pra cima daqui, a montante, [onde] ainda teriam as áreas de usineiros?

David: Tem, por exemplo, a Usina Cambaíba. Ela tá muito próxima do Rio Paraíba, então, esse canal já vem da Usina Cambaíba, passa por essa baixada toda, passa por vários lugares como Pipeira, Barra do Jacaré, vem seguindo aquilo ali tudo (...), deve passar por perto de um pedaço de São João da Barra, mas a maior parte passa por Campos... [Imagem 1].

E: *E ainda é represada a água nesse canal?*

David: No canal é, eles têm todo um sistema de controle de comporta. Com essa crise, o nível do rio também baixou muito... O lençol freático também baixou, a água sumiu, desapareceu. Os canais que mantinham essas águas também secaram. Então, houve assim, na verdade, um desastre... Eu comparo com um desastre aqui também, porque muitos peixes morreram, muitos animais morreram também, vários animais morreram por sede... E tem um agravante. (...) Em toda essa crise, o município não fez nenhum documento que decretasse estado de emergência, nem que fosse focado por região do município, porque Campos hoje tem a parte que é serra, que é o Imbé, Conceição do Imbé, Mocotó, Rio Preto... Enfim, que são áreas que chove mais e, mesmo assim, passaram perrengues de chuva. Imagine essa parte da baixada, que pega desde Donana pra cá e vem embora. Várias produções foram comprometidas, né, e em um período em que a gente tinha que fazer uma experiência prática na nossa agroindústria. Nesse período de seca! Então, tem, além dos problemas que precisam ser resolvidos, internos, tem também uma questão climática. Então, choveu muito pouco ou quase nada nesse período.



Imagem 1 Localização aproximada dos Assentamentos Che Guevara e Ilha Grande, no município de Campos dos Goytacazes (RJ) (adaptado do *Google Maps* por Marco Malagoli).

E: *Essa água dos canais seria um acesso a uma água superficial. Desde que chegaram aqui, vocês pensaram no uso da água de poço?*

David: Também, né. A gente usa também a água de poço. O problema da água de poço é que ela não tem uma qualidade boa, ela tem um teor de ferro muito alto. E aí observamos que em alguns pontos ela ainda é salobrinha. Tem lugares que é quase sal mesmo. E aí você molha a planta com essa água, você queima a flor... No caso do quiabo, ela tava queimando... como ferrugem, a flor do quiabo. Porque o quiabo sai todos os dias: dia sim, dia não, você tá colhendo. E, em outros pontos, você acaba salinizando mais ainda: você tira o sal debaixo e joga pra cima. Então, por isso que esses canais com essa água artificial, ela ajudava a fazer essa limpeza, limpava, e fazia com que o solo, a parte superficial do solo, lavava e ficava doce. Então, essa que é a grande questão.

E: *Então, em termos de dimensionamento do que se poderia pensar de políticas públicas, ou de algum envolvimento institucional, [o melhor] teria sido realmente investir na água superficial utilizando a estrutura que tinha de canais...*

David: Essa que seria a grande [questão]... A terra da baixada, nossa baixada, especialmente Che Guevara e Ilha Grande, tem potencial muito grande, mas se não olhar esses detalhes a gente não vai conseguir produzir, conforme nós sonhávamos, desejaríamos, né. Tem outro agravante também, que eu também gostaria de citar, que é o polo que foi criado, que eu chamo de “polo”, né, que são várias empresas que vieram através do projeto do Seu Eike Batista pra região, e esses [nossos] assentamentos estão muito próximos, [o que] também trouxe grandes consequências. Além de esvaziar o assentamento, os filhos de assentados, por conta de todas as dificuldades que eu estou citando, foram trabalhar na construção civil, na construção desse porto, o Porto do Açú. E ficou mais difícil ainda, né. E o pior de tudo isso [foi] ver que o insucesso desse empreendimento trouxe consequências ambientais muito graves, que é a salinização dos solos. Porque, da forma como eles fizeram, além de ter estaleiro, além de ter uma base de exportação do Porto, né, represou água do mar... Afundou também, mexeu na questão marinha, né. E criou um desastre, vamos dizer assim, ecológico, na parte marinha, muito grande. Porque muitas vidas marinhas também foram jogadas pra fora. Então, nesse trabalho aí de afundar o mar e jogar areia pra terra, pra costa, isso acabou muito com... os peixes, [que] se afugentaram. Hoje, o pescador vai ter que pescar mais longe ainda da costa. E, além disso, os animais, como tartarugas e outros tipos de animais que faziam esse controle ambiental da natureza, também

foram mortos, muitos eles mataram... Foi uma coisa muito gritante. E o pior [é] que toda essa areia, além de abrir um braço do mar pra dentro da costa pra poder o navio ter acesso, pra fazer manutenção, isso trouxe a água do mar mais pra nossa costa, e essa filtração da água do mar, que é uma região arenosa, você percebe que [com] um metro e meio mais ou menos... qualquer solo aqui, mesmo estando distante 15 quilômetros do Porto, a um metro e meio você encontra areia. (...)

Tem lugares que muito menos do que isso. Mais pra frente um pouco daqui, 500 metros... mais ou menos um quilômetro, é só areia. Então, o que acontece: essa pressão, esse peso da água do mar, bate nessa areia e ela infiltra por baixo. E já tá chegando aqui, tem lugares que tá complicadíssimo já. E como é que você futuramente vai trabalhar essa questão? Com a crise hídrica que tá acontecendo no Brasil quase todo. E a gente depende muito do Rio Paraíba do Sul pra que entre essa água doce e, na forma que você fura o poço, você vai encontrar... Não vai demorar muito tempo, você já encontra água salgada. Como é que você vai molhar sua produção, vai irrigar essa produção com água do mar?

E: *O que acontece com a lavoura, com a criação dos animais, com a questão da terra salinizada? Qual é o problema de salinizar a terra?*

David: O sal, na verdade, as plantas elas não conseguem desenvolver aqui ali. Eu acredito que não tenha os nutrientes necessários pra ela. E, salinizando, até muitas plantas morrem. O sal acaba... Se você colocar um ferro no meio da água salgada, você vê que ele corrói, né. Eu não tenho como falar pra você, cientificamente, qual é o fator, mas... nunca foi bom. Por exemplo, onde tem capim, onde tem vegetação, onde você coloca o sal, em alguns lugares eu tenho observado, quando você usa muito adubo químico, que você coloca o sal, muda a vegetação. A vegetação nativa morre e surge uma outra que se adapta melhor com o sal, com o salitre. E principalmente as plantas que hoje a gente produz, que é pra nossa alimentação no dia a dia, elas não suportam sal. Entendeu? Isso aqui, se não houver um planejamento, uma intervenção do Estado nesse sentido, isso aqui corre o risco de virar um deserto.

E: *Além dessa ação, que ameaça pela questão do sal, você tinha falado alguma coisa com relação às áreas de amortecimento do Complexo Industrial [do Açúcar], que estavam chegando próximas [daqui] também. Aí uma questão com relação a essa faixa de terra que encostava aqui. Como é que funciona isso?*

David: Quando foi feito esse projeto, e todos os empreendimentos hoje, industriais, enfim, eles causam seus impactos, né, e esses impactos, segundo o INEA, tem que ser compensado de alguma forma. Agora, você imagina, me parece, não tenho muito certeza disso, mas, numa audiência pública que eu fui, do INEA, o Porto precisaria de oito mil hectares de terra para compensar esse impacto causado pelo empreendimento. E não tem essa terra por aqui. Então, eles imaginaram uma linha... imaginária... através do satélite, e acabou atingindo 18 lotes de reforma agrária aqui no Che Guevara. E parte dos 18 lotes tinha ficado dentro desse parque [proposto como compensação], chamado Parque Estadual do Açú. E a gente... estamos aí ainda, comunicamos ao órgão que essas áreas estão dentro de uma área do assentamento, [de] parte dessa área. Bom, a notícia que a gente tem é que eles não vão mexer nessas áreas. Mas eu queria lembrar também a consequência desse Porto e esses milhares de metro cúbicos de areia que foram tirados do mar e jogados nessa área, que foi desapropriada dos pequenos agricultores pelo Porto do Açú: com o sol batendo em cima dessa montanha de areia, o sal aflorou e o vento trouxe... tá trazendo esse sal pra várias atividades culturais do entorno. Aqui ainda não chegou por conta da distância. Mas aí o vento bate, muitas lavouras – por exemplo, como coco, do entorno, dos pequenos agricultores que ficavam no entorno – morreram. Muitas plantas estão morrendo. (...)

Quer dizer, o desastre [não é apenas] causado pelo subsolo através da infiltração da água salgada não, é pelo ar também. Então, isso tá causando uma série de problemas. Muitos lugares em torno das pequenas propriedades já estão semidesertos. [Isso é] causado por esse sal, que o vento [leva], que é uma região que venta muito, né. Eu fiz um cálculo [de] que, aqui na nossa região, venta oito meses durante o ano. A minha experiência de vida durante esses 17 anos mostra isso: oito meses durante o ano aqui venta. (...)

E: *Eu tô pensando aqui... já que a gente tá num assentamento de reforma agrária, você contou toda essa dificuldade que teve desde o começo, associou com a questão climática local, né, da água. Qual é a sua leitura do que deveria ter sido feito, do que seria o ideal, pra viabilizar o projeto de reforma agrária desde o começo? Como é que ele deveria ter funcionado de uma forma mais ampla, pensando aí talvez em termos de política pública? Qual é a situação específica, aqui, dos dois assentamentos, no município de Campos, que tá relacionado com isso? Como é que você vê isso?*

David: Eu percebo o seguinte, né: nós temos uma grande dificuldade cultural, da região, mas tem alguns fatores que poderiam ser um ponto-chave para a superação da questão econômica dos pequenos agricultores aqui. Por exemplo, o município hoje de Campos é um dos municípios que tem um dos orçamentos mais “bonitos”, vamos dizer assim. Tem uma Lei Orgânica até interessante, no seu artigo nº 200 e o nº 199, da lei atual, [onde] ela fala que o município pode até fazer reforma agrária; ela fala que o município tem que cuidar dos seus pequenos agricultores, com acesso às políticas públicas do município, inclusive voltadas para o campo. Bom, mais isso não se cumpre, não há... E não há nenhuma vontade política, e não é por falta da gente questionar isso com o município, né. Bom, o orçamento, só pra você ter uma ideia, o orçamento de 2013, se não me foge à memória, foi pra agricultura, de 8,5 milhões. Pra contratação de equipamentos pra ajudar o agricultor, foi de 14,5 milhões. Agora você imagina, nós temos uma média aqui em Campos, não sei te dizer exatamente, hoje, entre os assentamentos ligados à reforma agrária e outros ligados aos sindicatos, uma média de uns dez assentamentos. Falando em Campos, não do entorno de Campos. E são justamente esses assentamentos que têm produzido alimentos diversos. Os pequenos agricultores do entorno, a maioria é muito focada na questão da produção da cana, que é para fornecer pra usina. E depois eu vim a entender qual é a razão disso: é que, até para o agricultor ter acesso... à sua seguridade no INSS, o seguro especial, ele precisa de comprovação [de sua produção]. E essa comprovação... é muito difícil hoje um técnico do INSS aceitar quando você comprova com outra atividade que não seja a cana. Por conta que já existe uma articulação com a associação dos plantadores de cana, ao longo dos anos... Tem que ter três provas concretas: pode ter documento da terra, pode ter uma filiação no sindicato, você pode ter uma nota fiscal de algum produto que você comprou com a sua atividade... Pode ter tudo isso, mas, se você não tiver uma nota de fornecimento de cana, o seu benefício é negado. Bom, voltando no assunto... Existem muitas possibilidades que o município não reconhece. Hoje, pra gente poder ter uma mudança no assentamento, era [preciso] que essas leis que já existem fossem cumpridas, né. Além dessa lei municipal, tem também uma lei da merenda escolar, que é a Lei nº 11.947/2009, que o governo repassa para o município uma verba para a merenda escolar, e 30% dessa verba do Governo Federal tem que ser comprada da agricultura familiar; e essa lei não vem sendo cumprida ao longo dos anos. Essa lei é de 2009. Nós estamos em 2015. Essa lei até hoje não foi cumprida pelo município nem o município foi penalizado por isso. Bom, são algumas políticas públicas que a gente poderia, por

exemplo, assim, garantir, ajudar o homem a [se] fixar no campo, ajudar as famílias a continuarem, [ajudar] as famílias a obter renda. Mas tem um outro fator, que a gente tem uma grande dificuldade e que não conseguimos o apoio necessário pra isso, que são as feiras livres. As feiras que têm hoje são feiras que são de agricultores, mas que tem muita dificuldade de, ainda, ser uma feira realmente de agricultura familiar. Eles são agricultores familiares, mas não têm incentivo do município para produzir outros produtos. Por exemplo, tem dificuldade de produzir tomate, produzir banana, produzir, vamos dizer assim, algum tipo de fruta; só unzinho ou outro que tem [essa possibilidade]. Então, tá um pouco descaracterizado, né. E as políticas públicas do município não têm observado isso de maneira que pudesse ajudar a criar política pública pra melhor diversificar, que esses produtos não viessem de outros estados, que fossem produzidos aqui. Campos hoje tem um potencial. E os assentamentos estão muito refém disso. A gente é muito refém dessas políticas públicas. Por quê? Porque, quando os agricultores, hoje, da reforma agrária, vão pras suas áreas, a gente já tem uma formação política, minimamente política, de que a gente precisa se sustentar do nosso trabalho. Essas políticas públicas, quando elas não chegam e a questão cultural das famílias, elas não conseguem avançar além do que tá em torno da gente, né, a gente acaba virando também escravo do atravessador. É o que tem acontecido muito. Você produz, mas manda pro atravessador, que o atravessador também todo final de semana já te paga. Você manda segunda, no sábado você já recebe, ou no domingo de manhã. Mas o que precisa? Na minha visão, precisa que as organizações de apoio... isso é um fato, por mais que elas tenham comprometimento com a causa, por mais que elas tenham toda uma forma de apoiar, mas esses movimentos não são gestores, eles apenas ajudam na organização. E esse papel de cobrança nós é que temos que fazer.

Mas o município poderia muito bem, se ele cumprisse com sua Lei Orgânica, poderia muito bem ter uma outra cara, uma outra realidade, com relação à agricultura familiar, coisa que não vem acontecendo com a gente aqui. E aí nós temos feito várias experiências, de feiras, com o apoio das universidades, com a “Academia”, como a gente chama, né. A gente tem buscado alguns professores parceiros... [que] têm tido essa preocupação de forma muito humana, de saber que a agricultura familiar tem um objetivo muito concreto, muito real. Que, além de você estar ajudando uma pessoa a viver da sua produção, você tá também discutindo a qualidade da sua produção. Qual é o tipo de qualidade que eu quero me alimentar? É com veneno? Porque, hoje, os dados da Anvisa mostram que cada bra-

sileiro consome mais de 5,5 litros de agrotóxico ao longo do ano. Então, isso é muito grave. E, então, os assentados têm muito a característica de produzir, de ter essa formação, de produzir com qualidade, de produzir sem veneno. Porque alimento é vida, né. Com alimento bom, saudável, você garante a sua longevidade. E muitos parceiros da gente têm tido essa preocupação, mas são limitados também. Ele é um formador de opinião, formador dentro de sua academia, mas também não é gestor público, né. Muitas das vezes tem boa vontade, tem comprometimento com a causa, tem se preocupado de forma acadêmica também, mas existe os dois lados da moeda, né. Uns pensam de uma forma, outros pensam de outra, né. E as pessoas acabam ficando na mera boa vontade de ajudar, de contribuir, mas também não estão na direção de nenhuma prefeitura, de nenhum governo do estado, (...) removendo essas dificuldades. Mas a gente tem... ainda bem que temos ainda alguns parceiros dentro da universidade que nos ajudam a refletir, que nos ajudam também a procurar caminhos pra gente superar toda essa questão. Que a sobrevivência hoje no campo tá muito difícil, muito difícil... E tem uma outra questão que eu queria deixar claro, que os gestores públicos a nível federal... têm uma outra visão do Estado do Rio de Janeiro: hoje é um estado que tem sua particularidade também de agricultura familiar, e muito significativa, que não é reconhecida, e que não é valorizada. [Assim,] nós temos a região que é principalmente a região de Campos, no Norte Fluminense, onde tem o maior número de assentamentos e de famílias que vieram pra trabalhar a terra, cultivar a terra e produzir alimentos, com qualidade, sem agrotóxicos, e que não têm tido o reconhecimento devido. Por quê? Porque as políticas públicas criaram uma burocracia pra [se] ter acesso, e são poucas as pessoas hoje que estão nessa organização de assentamento que conseguem ter essa visão. E eu vejo que pra isso precisa que a reforma agrária... o plano de reforma agrária tem que ser mudado nesse Brasil. O meu pensamento, hoje, a minha ideia hoje, é que pode sim existir uma diretriz nacional de reforma agrária, mas o plano deve ser regional. [Por exemplo], a região Sul ter um plano de reforma agrária, o Sudeste ter o seu projeto, o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste... entendeu?

E: *De que modo isso facilitaria as coisas aqui?*

David: Facilitaria... no meu entendimento... Hoje, por exemplo, os Pronafs [crédito vinculado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar]. Tem Pronaf pra várias modalidades: agroindústria... tem gente que “panha” Pronaf até pra plantar eucalipto, tem Pronaf pra isso e

pra aquilo outro... Se você procurar, por exemplo, assim, cunhar um Pronaf pra região Sudeste, obedecendo à característica da sua região, pra sua área de agricultura... Vou citar aqui um grande exemplo: eu jamais plantaria cana da maneira que tem hoje aqui. A maior parte da produção hoje é cana. Tem uns pés de goiaba, tem uns pezinhos de laranja aí, com falta de água, enfim... (...) Imagina assim, quando foram feitos os Pronafs, o projeto, para infraestrutura e para produção de alimentos, os nossos técnicos aqui disseram assim: "Não, a região aqui..." - e essa é a visão do técnico - "...a nossa região aqui tem que ser gado, coco ou cana. A gente não tem... não aprovaria esse projeto [diferenciado]...". E eu queria o quê, aqui? Milho, feijão e uma experiência irrigada de arroz, que essa experiência eu já vivi lá atrás. (...) Tem um tipo de arroz irrigado que dá ótimo aqui.

E: Até pela fase inundada que você citou...

David: Nesse período das águas, você poderia utilizar o arroz. Quando viesse aquela seca, você jogava uma aguinha, não tinha problema nenhum. [Mas] não... jamais conseguiu aprovar porque as diretrizes... "ah, não"... entendeu? Os próprios técnicos dizem assim: "Olha, nós não podemos aprovar isso porque a característica da região é isso...". Mas não tá aberto pra novas experiências. Você entendeu agora? E tem a questão cultural também: por que é que no Sul o pessoal "panha" Pronaf pra tantas coisas e aqui no estado do Rio de Janeiro esbarra nessa questão, também, cultural, dos próprios técnicos, também? (...) Então, isso impede que a agricultura familiar, na sua essência, avance. Podia ser mais avançada. Mas eu não tô falando dos técnicos que são contratados, tô falando dos técnicos que são hoje pagos pelo Estado. Por exemplo, a primeira assistência técnica que teve aqui foi da Emater, e quando se contrata através das ATER [Assistência Técnica e Extensão Rural] também é outro problema que eu vejo. Os técnicos são até interessantes, pessoas novas com uma outra visão, mas cadê os Pronafs que poderiam ser aplicados, junto com a assistência técnica? Não tem. Hoje, pra você aprovar, qualquer projeto aqui... qualquer modalidade de projeto aqui, você demora no mínimo seis meses pra ser analisado.

(...) O que mais mata o agricultor familiar hoje - e é desanimador -, quando se faz um assentamento, quando se constrói um assentamento, vem tantas entidades colaborar, faz cursos... hoje, talvez, se eu pegar aqui, o monte de certificados que eu tenho aqui... Tem tanta coisa bacana, sabe... desde irrigação, manejo de pequenos animais, produção de mudas através de estufas, lidar com... Noções de zootecnia... Você vai fazendo uma

porção de coisas interessantes. Mas, se essas coisas não vierem casadas, minimamente, pra você garantir, que você acaba de receber seu certificado... colocar em prática... você mata, você desanima.

E: *No assunto específico da questão da água. O que deveria ser feito dentro dessa lógica que você fala, qual seriam os próximos passos pra manejar melhor a água, entre inundação e seca muito forte, os extremos, dentro desse projeto que você fala, que tinha que viabilizar, tanto agrônômica quanto politicamente... Quais seriam as ações?*

David: Aqui é necessário que se façam duas coisas que são fundamentais: anualmente, manutenção das comportas; e limpezas desses canais. Pelo menos uma vez no ano, [ou] uma vez a cada dois anos, vamos dizer assim. O ideal seria uma vez por ano. Teria que ter uma política pública que garantisse isso todos os anos.

E: *De que modo isso atrapalha o manejo da água?*

David: Bom, por que atrapalha? Atrapalha porque, com o tempo, cria-se vegetação nessas áreas, nesses canais, elas crescem. Elas impedem que a água entre, e que entre pra esses canais, e os subcanais, que eu chamo de “valado”, que passam por várias pequenas propriedades, que serviriam de irrigação ou de dreno. Esse é que é o problema: por que eles teriam que ser limpos todos os anos? Porque também têm uma função de drenos no caso das cheias. Então, acontece muito isso aqui. Quando não é feita essa manutenção, você pode perder por excesso de água ou por falta d’água. (...)

Então, esse é que é o grande problema, né. O que precisa ser feito é justamente isso: é o Estado garantir que essas manutenções desses canais pudessem ser feitas. E o tratamento de água, também, dos poços. (...) E [outra opção é] a gente mudar também, acho que a gente tem que pensar também em mudar o modo de agricultura, o modo de produzir. Não dá mais pra se produzir da forma como meu avô produzia. [Ele] pensava em grandes espaços, fazia as coisas tudo no muque, na enxada, olhando pro céu e pras estrelas, pra ver se vai chover... Meu avô dizia assim: “Olha, planta nesse mês”... que era o mês [certo]... Preparava a terra, não precisava de mangueirinha, não precisava de nada disso. Ele dizia: “Vai chover, daqui a uma semana vai ter chuva”. (...)

E: *Você acha que [a chuva] era mais regular?*

David: A chuva era mais regular, muito mais regular. Então, era assim, era certinho: “Olha, tal mês prepara que na mingunte já pode plantar!”.

E: *Você sente isso que se fala, de “mudança climática”, você percebe isso?*

David: Percebo. Hoje, não dá mais pra você contar com o tempo, com as experiências que eu chamo... que é o “patrimônio imaterial” do conhecimento das famílias que existiam. Hoje, não tem condição mais de você trabalhar dessa forma. Tem que pensar agora em estratégia. E aí [isso] nos obriga a criar ferramentas tecnológicas também pra ajudar na produção de alimentos, pra ele usar, produzir, pra que o camponês pudesse viver de forma minimamente [segura] com o uso de tecnologia. O homem... o trabalhador rural, hoje, com a tecnologia que tem hoje, se não tiver *internet*, se você não tiver uma coisa que incentiva, uma área de lazer, que pudesse minimamente incentivar o jovem a ficar... Que hoje... essa geração... a juventude de hoje não é a mesma. Olha, foi feito um diagnóstico aqui, uma pesquisa, saiu da seguinte forma: 90% dos jovens querem ir embora do campo. (...) Por quê? Por conta da dificuldade de ter renda. Quando você tem renda, você consegue dar uma coisa melhor pro seu filho, consegue motivar ele também pra ficar. (...) Todas os lotes de terra, todas as áreas de reforma agrária aqui... talvez com exceção de uma ou outra família, que talvez tenha se tornado autossustentável, porque também recebe um outro apoio de alguém que trabalhou fora e ajuda nos momentos difíceis a dar um suporte... Mas aqui (...) é muito difícil, hoje. Tem famílias que já vieram pra cá próximas de se aposentar, então, conseguiram uma aposentadoria depois. (...) Então, essa pessoa, nos momentos de crise vai [se segurar]... Agora... Tem famílias aqui que estão longe de ter um benefício. E aí vive apertado, com esses momentos de crise, meu Deus do céu, é um desespero... E não tem outra saída do que mandar os filhos pra olaria e pra construção civil...

E: *Tem muitas olarias aqui em volta?*

David: Muitas olarias aqui em volta. Então, tem que ir, porque... entendeu? O nosso lugar aqui tem um potencial, mas a dinâmica que existe hoje não ajuda. Se você olhar hoje, um exemplo aqui: poxa, 14,5 milhões pra contratação de equipamentos agrícolas, que nunca chegaram, é só um trator e grade. Isso eu questiono muito. Eu fiz uma [fala] (...) na Câmara de Vereadores: “Gente, não tem condição. A contratação de máquinas ser superior a um orçamento da Secretaria!”. E... [mesmo essa contratação, para as nossas demandas] não se faz! Por que... hoje eu questiono. Não sei

se tem hoje, mas a Secretaria não tinha uma bateadeira de feijão que pudesse favorecer ao agricultor. Não tinha um canteirador pra trabalhar com hortaliça, que é um implemento que põe no trator pra fazer [o preparo] pra hortaliça. Não tem, entendeu? Só... arado, e também... raramente de se encontrar. Era um trator e grade. Um trator velho e grade. Não tem uma plantadeira pra facilitar pro agricultor. (...) E depois, quando eu faço essa observação, é o seguinte: quem são essas pessoas que estão na gestão? (...) Eu teria vergonha de ser um secretário de Agricultura de um governo que não pudesse acreditar no potencial da agricultura familiar, que é o que abastece hoje nosso Brasil: 75%, quase 80% do que chega na mesa do brasileiro hoje é da agricultura familiar, que é o excedente da agricultura familiar. E, se você olha pra uma outra dimensão, na questão do agronegócio, né, os investimentos nunca faltaram, que é pra exportação. Se não me foge à memória, esse campo hoje, vou chutar aqui, né, mas é bom a gente pesquisar, eu acho que tem uma média de 10 mil pequenos agricultores aí. (...) Não sei se são 10 mil pequenas propriedades ou 10 mil pequenos agricultores.

Então, a gente não conseguiu avançar ao longo desses anos, de jeito nenhum. Nem na política interna do município, nem na política em nível estadual e federal. E para os agricultores está... realmente difícil. E aí é um passo que, muitas das vezes, você faz uma observação: tem um grupo ali trabalhando com agroecologia, um outro ali tentando a questão orgânica. Mas são poucas pessoas que acreditam, e tem essa dificuldade. Quando eu falei num plano regional, é o seguinte: que as diretrizes nacionais para a reforma agrária têm que ter um foco. Agora, os planos regionais, os projetos de reforma agrária, têm que ser através de regionais, por quê? Tem a questão cultural, a cultura do Rio Grande do Sul é uma. A região Sudeste já é outro tipo de cultura. E, quando você pensa em trabalhar a questão dos agricultores, também é resgate de sua cultura também. Porque não tem [esse resgate]... está se perdendo a cultura. Por isso que, quando eu penso num plano diferenciado, é pra resgatar também a cultura da região, não é só na questão da produção, é na questão cultural também, que também envolve a questão de formação, de educação. Qual modelo de reforma agrária nós vamos criar pra região Sudeste, pro Centro-Oeste? Olha só. Você vai pro Nordeste e tem o bumba-meu-boi... enfim, tem vários tipos de folclore na região. No Rio de Janeiro já é um pouco diferente. Às vezes, em determinado lugar do estado, que as pessoas não têm essa cultura, elas preferem resgatar uma outra atividade cultural... No Nordeste você encontra a sanfona.... Por exemplo, aqui, tinha um grupo de sanfoneiros que se

perdeu. Aqui na região. Porque não conseguiram passar pros seus filhos. Morreram e aí ficou unzinho só... que tá morando no Açú, quarentão já, continuou com a sanfoninha dele, mastigando aí. Todo dia se perde a questão cultural, porque o modelo pensado, né, é muito complicado. Não é pro resgate. E aí a evasão das pessoas... vão pra onde? Vão pros centros urbanos, vão se envolver com tantas coisas erradas, e as pessoas vão se oprimindo. O estado vai oprimindo as pessoas por não acreditar, por não desenvolver uma política, uma política pública, né. E aí a questão política, da representatividade, também, que é muito difícil, mas não acho isso impossível, a longo prazo; talvez eu nem alcance. Mas é um ambiente muito nutrido para os grandes negócios, pras empresas. Se você olha hoje pra representatividade de nossa Câmara, do Legislativo do Estado e do Federal, você vai ver que... Qual é o bloco de deputados hoje que defende a agricultura familiar dos 513, ou dos 25 vereadores aqui? É muito pequeno... dois, unzinho... Muito pequeno, e essa é uma das maiores crises que nós estamos passando, que é a crise política. [E que ocorre] já ao longo dos anos isso: é a crise de representatividade das classes sociais no parlamento. Isso é um outro problema. (...)

E: Você deu um exemplo outro dia da falta d'água, nos momentos de grande seca, a questão do abastecimento de água [aqui]. Você citou um desafio entre mobilização coletiva e questões que às vezes são atendidas mais pontualmente. Isso acaba desmobilizando de algum modo esse possível fortalecimento?

David: Também... por exemplo... Nós estamos aqui com um problema muito grave. Acho que... o órgão ambiental talvez faça uma intervenção a curto prazo aqui. Vários animais aqui já morreram, por falta de água desses canais e por falta da limpeza. O INEA não libera o licenciamento. Nós entramos com um recurso agora pedindo a renovação de uma certidão ambiental, que a comunidade, através da associação, conseguiu. Mas quando a gente consegue a certidão ambiental, a gente não consegue recursos... Uma coisa que é pra ser feita ontem, aí tem que passar por um processo de licitação, aquela burocracia toda. E aí, se sair, vai sair fora do período. Por exemplo, esse período [maio] é o melhor período pra fazer essa limpeza, porque é o período que não chove...

E: A requisição era de limpeza?

David: É, de limpeza. [Enfim,] é pouca chuva... e tal. E hoje nós temos assentados brigando um com o outro aqui, quase se matando, porque um fechou uma parte pra reter água pra salvar a lavoura, e o outro precisava

pra ter água pros animais e não tem. Situação difícil, muito complicada. Agora, existem outras coisas que a gente poderia também... – e isso não foi discutido, [mas] já foi comentado... – de forma prática, a gente tentar outras formas também de água, de qualidade, que é a questão da cisterna. Essa região precisa ser reconhecida como região semiárida. A média, que eu sei aqui, de... (...) pluviosidade... é comparada à do Nordeste. (...) Muito mais período seco do que úmido. É uma média aqui de 600 a 800 ml ao ano. Isso é muito pouco, né. E aí é que está outra questão: é um monte de coisinhas que é pra ser resolvido, né. (...) Ao longo desses anos que eu tô aqui, muitas famílias perdiam a lavoura, não conseguiam pagar o financiamento do Pronaf e não tinham seguro que cobrisse. (...) Há muito custo, e quando passa um ou dois anos inadimplente, surge aí uma negociação para as dívidas. Aí, muitas das vezes, ele tem que vender um animal pra poder pagar uma parte pra poder ajudar, tem que dar tantos por cento pra poder renegociar as suas dívidas. E aqui tem uma questão cultural muito engraçada: ninguém gosta de dever a ninguém. Então, eles preferem trabalhar fora, mas querem manter o Pronaf em dia, porque eles entendem que o Pronaf em dia... o dinheiro é do banco, e o banco pode arrebentar com eles. Eles não entenderam que é um recurso de uma política pública, que é uma obrigação do Estado... Muitas famílias aqui entendem que isso é dinheiro do banco e têm medo de (...) dever ao banco. (...) De ser penhorado alguma coisa... (...) Mas as crises... a crise de falta d'água tá ficando cada vez mais difícil, viu.

E: *Você lembra datas... de períodos, desde que você tá aqui... daria pra localizar assim os piores [momentos de seca] que teve, quanto tempo durou, pra gente ter uma ideia? Você citou um aí de onze meses?*

David: Pois é, um período aqui que eu consegui fazer uma observação foi agora do período de... 2014, final de 2013, entrou 2014. Uma chuvinha muito fraca, não dava pra molhar. Então, teve assim, aqui, os três últimos anos não tem chovido, como eu tenho observado nos outros tempos. Por exemplo, assim: passava uma crise de falta de chuva, mas quando era no [dia de] Finados... Rapaz, era impressionante: chovia aqui na Baixada. Dia 2 de novembro era assim. Gente, o pessoal, ficava... preparava, aqui: “Finados vai chover, finados chove”. É verdade, eu acompanhei isso. Vários finados, se um ano não chovesse, no outro chovia! (...) Já estamos com três anos de Finados... que não chove! (...) Aí que eu digo: as tecnologias, nesse período, seriam ótimas pra cá. Que [é] quando eu cito que... A gente tem que mudar o modo de produzir, é justamente isso, né. Buscar recursos,

política pública, ter água de qualidade e usar esses recursos minimamente pra garantir a produção. Ou [melhor], não é usar “minimamente”, é usar “conscientemente”, né. Porque esses valados eram um sistema de inundação, [mas] isso pra mim já tá ultrapassado.

E: Não poderia ser por tubulação?

David: Poderia ser também por tubulação. (...) Mas hoje eu já penso diferente. Como eu hoje já sei que tem recursos hídricos bons, [poderíamos] fazer por microaspersão, as lavouras irrigadas, e trabalhar com elas de maneira que elas possam aproveitar as águas através de seu gotejamento ou microaspersão. (...) Não desperdiçar tanto... porque toda água que é jogada aqui o vento passa e leva. Você molha de manhã e de tarde [já secou tudo]... porque tem muito vento. E, quando você pega um solo arenoso, não tem jeito. (...) Não reserva água não. (...) Outra coisa [que] seria interessante: quando a gente usa tecnologia, [percebe que] a melhor forma de você molhar a lavoura é à noite. (...) Evitar perdas. E as pessoas não podem... à noite... tem que descansar... trabalhou o dia todo... Quando você tem uma intervenção tecnológica, [vai] colocar um temporizador... Vai ligar tal hora, tem o esquema... Agora, mas me diz onde que tem financiamento Pronaf pra irrigação? Aqui, quem que aprovaria isso? Quem assinaria isso? Porque o dinheirinho é pequenininho, é pouco. Então, você vai priorizar outras coisas.

E: Uma coisa amarra a outra, né?

David: (...) Isso... quando eu falo que tem que se pensar num novo modelo, e com modelos regionais, é por conta disso: olha, Pronaf pra aquela nossa região, no norte do estado do Rio de Janeiro tem que ser acompanhado com um *kit* de irrigação, tem que ser dessa forma... Garantir poço, água... aí você garante.

E: A cisterna, que você deu como exemplo, poderia fazer um armazenamento, como aquelas grandes que a gente vê no Nordeste?

David: É, porque, quando chove, também chove bem. [Mas] são poucos momentos que chove, e aí seria uma forma de você armazenar água para o seu consumo, pro consumo humano. Não pra irrigar; pra irrigar acho que não daria não.

E: Porque também falta pra consumo humano?

David: Também falta pra consumo humano, as águas são compradas, aqui. Pra consumo tem que comprar. (...) Compra-se água. Aqui, muita gente ficou com um problema na pele muito sério (...). Eu comecei a tomar água do poço e comecei a criar manchas na pele toda. Depois, eu fui num dermatologista e tal, o pessoal me deu um remedinho, uns comprimidinhos. Tomei e nunca mais bebi dessa água.

E: *Por causa do ferro? O sal?*

David: Não só por causa do ferro, deve ter outras coisas. Mesmo filtrando no filtro, ela melhora um pouco, mas tem uma micose, um negócio, alguma coisa que... Ela cria umas manchas e quando, bate um vento, a pele fica ressecada, parece um impingem, mas não é impingem, é a pele que vai ressecando, criando aquelas manchas.

E: *Mas, então, tem que ser água comprada?*

David: Água de galão... Aquela água que você bebeu ali é água mineral. Tem que comprar. (...) O Inkra investiu em quatro poços aqui no Che Guevara que não valeu... até hoje não valeu em nada. Se investisse em um artesiano desse que buscava água lá...

E: *Esse aprofundaria o suficiente pra buscar essa água?*

David: Eu acho que o recurso que eles gastaram nos quatro dava pra pagar pelo menos um [artesiano]. (...) Porque os que são feitos aqui são semiartesianos. É o que eu tô te falando. Tem muitas coisas aqui pra serem discutidas. Hoje, a Petrobras tem tecnologia, e [em] alguns lugares no Nordeste a Petrobras cavou poços, furaram rochas, foram buscar os aquíferos profundos... Aqui, nós não estamos numa crise ainda pior porque nós estamos na região Sudeste. Tem muitas opções em torno da gente além da agricultura, apesar da crise econômica que o país passa. Assim, se hoje, você, como eu tenho uma [vizinha]... Uma senhora que é uma ex-assentada, ela tá vendendo balinha na rua. E, queira ou não, mas, aqui, você pode... passou qualquer aperto aqui, se você souber mexer com uma colher de pedreiro, você vai ali, na construção civil, você consegue se safar, que é diferente do nosso povo do Nordeste. Se ele não salvar os cabritos, se não salvar o leitinho de cabra pra comer com farinha e rapadura, aí ele tá ferrado, em torno da cidade não tem opção. (...)

E: Por outro lado, você já levantou que [uma área urbanizada mais próxima] é também um atrativo para a juventude que também não vai ficar aqui, se continuar assim...

David: Se continuar assim não fica mesmo... Se fizer um levantamento aqui, a maioria é de idosos, só os idosos é que estão ficando. E é aí que eu falo. Nos espaços que eu tenho falado [digo] isso: “Gente, tem que pensar num novo modelo de reforma agrária”. Tem que pensar. Porque a crise... eu tenho o sentimento que a agricultura familiar, se ela não... se a médio prazo não se criar novas políticas, a cada dia fica mais difícil, pela questão climática também. A questão climática vai ser um grande fator de diminuir a produção de alimento.

E: Nesse ponto, você acha que alguma questão agroecológica, algum tipo de conhecimento diferente, poderia ajudar em algum sentido, especificamente aqui na condição de vocês?

David: Aqui, uma coisa que poderia assim ajudar... Aqui ainda tem um grau muito grande de uso de agrotóxicos nas lavouras. São poucas famílias, aqui, na dimensão das 74 famílias, que tentam não usar agrotóxicos, que estão aí resistindo ainda. Esse modelo de trabalhar na forma agroecológica é muito interessante. Nós estamos aqui iniciando uma experiência com 12 famílias através do projeto chamado PAIS [Produção Agroecológica Integrada e Sustentável]. Então, tem aquela caixa d’água, estamos fazendo aquelas colunas ali... (...) Mas o interessante é que essas 12 famílias seriam um embrião de uma experiência, com minimamente um *kitzinho* de irrigação, através da microaspersão, pra produção de olerícolas, de forma agroecológica. (...) Isso que seria o “Projeto Mandala” que eu tava me referindo [outro dia].

E: Ele otimiza o uso da água?

David: Pois é... Não vai depender de tanta água e vai ser uma experiência nova pra cá. Agora, o que me enche de orgulho – eu tô falando de tantos problemas, que [uma coisa que] eu não falei ainda, eu gostaria de fazer essa colocação... Quando eu vim pra cá, eu encontrei esse lugar: tanto da margem direita como da margem esquerda... era só cana, só cana. A estrada era um aceiro de cana, um aceiro que separava um lado do outro de cana. Com todos esses problemas, com tudo isso que eu tô citando, eu me sinto ainda orgulhoso de dizer uma coisa pra você: hoje, você chega aqui... Eu posso aqui não ter hoje, mas você vai chegar num

lote ali do vizinho, vai encontrar uma batata-doce, vai encontrar uns pezinhos de goiaba, vai encontrar banana, você vai encontrar uns pés de acerola, de jenipapo... sabe...

Gente... você imaginou se todas essas políticas públicas fossem implementadas inicialmente? Porque tem uma outra questão também muito interessante que eu vou citar pra você: se essas políticas tivessem chegado no momento certo, na hora certa, eu acredito que o assentamento seria outro. Por quê? Porque, por mais que muitas famílias tivessem chegado aqui, tivessem sido assentadas, e não tivessem a experiência, como muitos vão pra terra às vezes mais por uma questão de moradia do que pra trabalhar... esse é um orgulho que eu tenho do Movimento, que ele não é só um movimento de agricultores, ele é um movimento de sem-terra. Isso me faz refletir que nesse sem-terra tá aquele agricultor que não tem terra, tá aquele cidadão que não tem moradia, que não tem teto, tá aquele cidadão excluído que não tem terra e que não tem moradia.

E: *Está combinando [então] várias modalidades...*

David: Várias modalidades. E aí – vou voltar lá atrás – quando eu falo em modelo de reforma agrária diferente é justamente por isso. Porque, nesses momentos, quando existem essas políticas públicas, que nesse momento de uma seleção [a partir do cadastro para beneficiários da reforma agrária] você identifica a aptidão de cada um... porque você também não pode excluir uma pessoa de origem urbana, conforme eu [mesmo] sou. E que tem vontade, fez uma opção de vida e quer [vivê-la]. (...) Você não pode matar essa esperança dessas pessoas, você tem que dar essa oportunidade pra elas. (...) Tá buscando essa outra vida, mas tem que dar uma chance, dar uma oportunidade. Uma outra coisa que eu refleti ao longo desses anos: quando as famílias vieram pra cá, era um momento muito oportuno. A energia era outra, a unidade era outra, entendeu? Você tinha todo... o ambiente, entendeu, propício... pra mutirão, pra formação... entendeu? Tudo isso. Mas o que é que quebra isso? É que... se sai um decreto de uma lei, você espera um ano, um ano e pouco pra sair o primeiro Pronaf, tudo vem demorado. Entendeu como é que é a história? Então, você... as pessoas vêm cheias de esperança. Essas esperanças... O Estado acaba... Os Movimentos alimentam a esperança, e o Estado mata a esperança. Entendeu? Mata a esperança. Os Movimentos alimentam, e o Estado mata, a burocracia mata. (...)

E: *Davi, acho que a gente passou por tudo o que [eu] tinha expectativa, de forma bem integrada. Achei interessante que não ficaram separados os assuntos, uma coisa tá interligada na outra, que eu acho que um dos objetivos [dessa reflexão e luta] é isso: não vamos discutir só “meio ambiente”, ou só “política”, ou só “questão cultural”, mas acho que na tua fala, pela tua própria experiência, acabou vindo tudo muito integrado. Muito obrigado!*

David: Porque uma coisa tá ligada à outra. Uma faz parte do complemento da outra.

E: *[E talvez] justamente porque (...) a estrutura que você analisa não consegue, ou não quer, viabilizar ou enxergar [dessa forma]. (...)*